

ESCOLAS PARTICULARES DERRAMADAS PELAS DIVERSAS VILAS, POVOAÇÕES E LUGAREJOS DO PIAUÍ: 1770-1860*

Maria Alveni Barros Vieira¹
Adauto Neto Fonseca Duque²
Vanessa Fortaleza de Sousa³

RESUMO

O presente artigo versa sobre o estabelecimento e o desenvolvimento do ensino particular no Piauí entre os anos de 1770 e 1860. Trata-se de um trabalho de História da Educação que tem como objetivo elencar e descrever as modalidades de escolas particulares criadas em uma sociedade rural, produtora e reprodutora do criatório extensivo de gado vacum e cavalar. Aqui, procuramos identificar quem foram os mestres dessas escolas e quais os saberes valorizados e difundidos em suas instituições de ensino. As fontes de informação utilizadas no transcurso da investigação fazem parte de um conjunto de documentos impressos e manuscritos, produzidos nos séculos XVIII e XIX, de natureza administrativa, notariais e legislativas pertencentes ao Arquivo Público do Estado do Piauí e Arquivo Ultramarino de Lisboa, principalmente. A tessitura das análises encontra-se consubstanciada na concepção de forma escolar elaborada por Vincent, Lahire e Thin (2001) articulada a noção de Práticas Culturais, como trabalhada por Chartier (1990). A pesquisa, ainda em fase de desenvolvimento, indica que no Piauí do século XVIII, até meados do século XIX, a difusão das ideias liberais instigou o interesse de particulares em criarem instituições educadoras de crianças e jovens. Foi então, de bom grado, que senhoras prendadas, membros do clero e funcionários do Estado com conhecimento dos saberes elementares, da gramática portuguesa, da filosofia, do francês e do latim, contribuíram para a criação de escolas internatos e escolas externatos particulares na Capitania/Província.

Palavras – Chave: Ensino particular; Piauí; Séculos XVIII e XIX.

INTRODUÇÃO

No transcurso do século XVIII, tornar-se-ia prática comum entre as famílias mais abastadas de Portugal e seus domínios coloniais, o uso do ensino particular como forma reconhecida para a socialização escolar de meninos e meninas. Não por acaso, desde fins do século XVIII e início do século XIX, começaram a ser implementadas no Piauí uma certa modalidade de escola que funcionava na casa dos mestres para um público pagante ou subvencionado pelo Estado.

Estudos realizados por Vieira (2013) acerca da escolarização de crianças e jovens no Piauí dos setecentos e oitocentos, nos permitem compreender que na conjuntura desse período

*Trabalho vinculado ao projeto de pesquisa O ensino particular no Piauí: 1770-1860, cadastrado no programa de Iniciação Científica Volutária (ICV), na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal do Piauí, com desdobramento do temário desenvolvido na tese de doutoramento da professora Maria Alveni Barros Vieira, que foi publicada na íntegra, com título A educação escolar da criança no Piauí: 1730-1859.

¹ Professora Doutora da universidade Federal do Piauí\Picos – alvenibarros@bol.com.br;

² Professor Mestre da Universidade Estadual do Piauí\Picos – duqueadauto@yahoo.com.br;

³ Graduanda do curso de pedagogia da Universidade Federal do Piauí\Picos – vanessafortaleza01@gmail.com

aquela parte do Brasil se configurava como uma sociedade rural produtora e reprodutora do trabalho agrícola e do criatório extensivo de animais para consumo e para as trocas comerciais. Nesse espaço e cenário, a educação escolar particular poderia se realizar de diferentes maneiras, conforme as circunstâncias contextuais de posses, conveniências e oportunidades existentes dos aprendizes e dos agentes educativos, situação que teria oportunizado a criação de uma diversidade de instituições de ensino particulares.

Essa constatação feita por Vieira (2013), nos levou a elencar algumas perguntas sobre o funcionamento dessas escolas, todavia, para a feitura desse trabalho, procuramos responder somente a três questionamentos: quais as modalidades de escolas particulares implantadas no Piauí, quem foram os mestres dessas escolas, Quais os saberes valorizados e difundidos em suas escolas,

Para elucidação das perguntas acima especificadas, recorreremos à um conjunto de fontes literárias e normativas pertencentes ao Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI) e ao Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHUL), que nos permitiram concluir que: essas escolas eram frutos da difusão do liberalismo vigente que instigava o interesse de particulares para criarem instituições educadoras de crianças e jovens; Foram clientes dessas escolas parentes e apadrinhados dos mestres, além dos filhos de amigos e de funcionários públicos, principalmente; Homens pertencentes ao clero, bacharéis, funcionários públicos, senhoras prendadas e pessoas que tinham algum conhecimento dos saberes elementares, da gramática portuguesa, da filosofia, do francês e do latim, contribuíram para instituir escolas-externatos e escolas-internatos particulares na Capitania/Província.

Ponderamos ser possível, através da investigação em curso, compreender o processo de criação de escolas particulares urbanas ou rurais, primárias e/ou secundárias, no Piauí desde fins do século XVIII, sendo maior o crescimento nos primeiros anos do século XIX. E, por conseguinte, contribuir, significativamente, para o incremento dos trabalhos que adotam a história da educação no Piauí, em suas múltiplas análises, correntes e metodologias, como campo privilegiado de suas análises.

METODOLOGIA

Este trabalho é parte de uma proposta de investigação em desenvolvimento que tem como objeto de estudo a emergência e o desenvolvimento do ensino particular no Piauí nos séculos XVIII e XIX. Trata-se de um trabalho na área da História da Educação que percorre os caminhos metodológicos da História Cultural, podendo ser classificado como do tipo descritivo, mas também uma história analítica com abordagem qualitativa das fontes de informação.

As fontes de informação por nós utilizadas compreenderam duas modalidades: bibliográficas e documentais. As fontes bibliográficas são compostas por obras tanto de cunho histórico que trabalham aspectos variados da sociedade e da cultura brasileira e piauiense, como de obras que abordam especificamente a história do ensino no período colonial e imperial além de algumas obras literárias do período em estudo que possam informar sobre os usos, costumes e comportamentos dos piauienses.

No que tange às fontes documentais, estas compreenderam o conjunto de documentos impressos e manuscritos, produzidos nos séculos XVIII e XIX de natureza administrativa (cartas de sesmarias, registros paroquiais, correspondências em geral), fontes de natureza notariais e legislativas (inventários, testamentos, benesses), fontes judiciais (processos-crime), fontes que tratam mais especificamente da educação escolar (concursos para provimento das cadeiras, leis sobre a organização do ensino, mapas de matrícula e frequências dos alunos), pelos poderes Executivo e Legislativo que pertencem ao Arquivo Público do Piauí, Arquivo Ultramarino de Lisboa, além de outros documentos guardados em acervos particulares.

As análises das fontes assim como a tessitura do texto foram consubstanciadas nos pressupostos teórico-conceituais elaborado por Vincent, Lahire e Thin (2001) no entorno da noção de forma escolar por eles compreendida como um modo de socialização específico da criança e do jovem, pensado e pretendido como educativo, sem outras funções sociais senão a de educar. Evidentemente que para escrever sobre a história do ensino particular no Piauí é preciso pensar as transformações às quais está ligado o desenvolvimento dessa forma escolar. Conforme Vincent, Lahire e Thim (2001, p.42), essas transformações estão vinculadas notadamente as mudanças ocorridas nas formas políticas de exercício do poder e nas “[...] diferentes apropriações [da forma escolar] operadas pelos diversos grupos sociais”. O entendimento de ensino particular, adotado nesse trabalho como objeto de estudo, é compreendido a partir da noção de *prática cultural* que articulada a outras práticas (políticas, sociais, discursivas) nos permitiu “[...] reconhecer uma identidade social, exhibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição”. (CHARTIER, 1988, p.23.).

O corte cronológico adotado, 1770 – 1860, expressa um período da história da educação no Piauí em que é possível verificar indícios de uma certa difusão das ideias liberais que instigavam o interesse de particulares a criarem, as suas custas, instituições educadoras de crianças e jovens. É também o período de generalização de uma forma escolar de socialização da criança e do jovem no Piauí imperial, onde podemos assistir a expansão e o alcance das

práticas educativas escolares para um número cada vez maior de pessoas que, de algum modo, tivessem condições de custear os mestres por seus serviços.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Piauí, desde fins do século XVIII, começaram a ser implementadas escolas particulares que funcionavam na casa dos professores para um público pagante ou subvencionado pelo Estado. De início, como noutras partes do Brasil colonial, o ensino particular era descentralizado em seus métodos, conteúdos e materiais didáticos, ou seja, cada escola funcionava por uma forma que lhe era peculiar, provavelmente sem intervenção direta do governo. A partir da década de 1830, logo após o ato adicional de 1834, os professores particulares são convocados para habilitarem-se segundo as exigências das leis de suas respectivas províncias.

Mas é na década de 1840, quando a classe política brasileira entende que a legitimidade do Estado Imperial passava necessariamente pela centralização das ações governamentais, que começam a proliferar leis regulamentadoras do ensino particular pela mesma forma escolar do ensino público. Na província do Piauí, por exemplo, as escolas particulares foram regulamentadas por lei publicada aos 6 de outubro de 1845 que no artigo 40 determinava, que qualquer pessoa poderia abrir uma escola particular, desde que obtida uma licença junto ao diretor da instrução pública de sua comarca.

Por sua vez, o diretor só poderia conceder a licença solicitada após se certificar da moralidade e aptidão do pretendente, além de analisar se o plano de estudos apresentado pelo professor particular estava atinente às orientações da pedagogia moderna prevendo, dentre outras coisas, um tempo escolar diferente do tempo de convívio da criança nas comunidades, a utilização de novos materiais didáticos e conteúdos escolares que diferenciasses as práticas educativas na escola daquelas vivenciadas em âmbito familiar ou no convívio social mais amplo.

No artigo 42 da supracitada lei, ficava garantida a subvenção do governo às pessoas das cidades e vilas que recebessem e pensionassem alunos vindos de outras localidades. Daí o interesse de parte dos professores particulares da província do Piauí em fazerem suas escolas funcionarem em caráter de internato.

Artigo 42. Tendo a pensão mais de cinco pensionistas de fora da cidade, ou Vila, receberá seu administrador por cada um deles, em cada um ano completo, a gratificação de 20.000 réis até o número de vinte pensionistas, e por cada um dos outros que excederem tal número, a gratificação de dez mil réis. As gratificações serão pagas pelos Cofres públicos, a vista de atestados

do Diretor, que só os dará ao administrador, que cumprir bem os seus deveres (LEI DE Nº 198..., 1845, p. 213).

No ano de 1850 foi publicada a resolução nº 287, que estabelecia várias disposições acerca da instrução pública. Como não poderia deixar de ser, essa lei também faz referências ao ensino particular no Piauí, confirmando o que já fora determinado na lei de 1845. No ano seguinte, em 1851, uma nova resolução é publicada com número de 305, nela fica novamente estabelecido que os diretores da instrução pública poderiam conceder licença a qualquer pessoa que considerassem habilitada para abrir escolas particulares ou estabelecer casas em que recebam e pensem os alunos, não somente nas vilas e cidades, mas, também nas povoações do Piauí.

Na realidade, a escola particular encontrava-se em franco desenvolvimento na província do Piauí desde a década de 1840. Seria, pois, conveniente neste texto opor ao julgamento negativo de certa historiografia local, uma ambiência sócio-cultural de significativo interesse de parte das famílias piauienses por uma forma escolar de socialização da criança e do jovem. Mesmo que muitas das escolas primárias e secundárias criadas pela iniciativa privada no Piauí nessa primeira metade do século XIX tenham sido efêmeras, é impossível negar sua existência em número relevante para a situação da Província naquele momento de sua história. Ademais, atrás de umas e outras estavam os mestres com seus planos de estudos, métodos de ensino, tempos escolares, utensílios pedagógicos e seus alunos. Devemos, pois, interrogar sobre eles.

Escolas internatos

A escola do capitão Marcos Francisco de Araújo Costa na Fazenda Boa Esperança

É bem possível que a iniciativa do capitão Marcos Francisco de Araújo Costa, em criar uma escola internato na Fazenda Boa Esperança, sertão do Piauí, por volta da década de 1770, tenha sido pioneira. Conforme dados compilados no Livro 1º de Casamentos da cidade de Oeiras (PI), Marcos Francisco era filho legítimo do capitão João Francisco de Paiva e da baiana de São Salvador, Antônia do Espírito Santo. Tendo nascido na Freguesia de Santo Antônio, Vila de Jerumenha, casou em 8 de setembro de 1772 com Maria Rodrigues, filha legítima do fazendeiro português Valério Coelho Rodrigues e Domiciana Vieira de Carvalho, com quem teve 7 (sete) filhos, sendo 3 (três) meninos e 4 (quatro) meninas. (LIVRO DE CASAMENTO....1766-1788, f. 86).

Conforme narrativa de Rêgo (1986), a escola internato do professor Marcos Francisco era frequentada por 8 (oito), 9 (nove) ou 10 (dez) meninos com idade máxima de 14 (quatorze) anos. Foram seus alunos, além dos próprios filhos varões, os filhos de parentes, amigos e algumas crianças órfãs com pendores para a aprendizagem das primeiras letras. As aulas por ele ministradas aconteciam em uma sala ampla, iluminada, arejada e mobiliada com um quadro de madeira pintado de preto, pedras de tauá para escrever no quadro, uma mesa grande e dois bancos compridos onde os meninos sentavam silenciosamente para aprenderem a ler, a escrever, a contar e fazer orações. Os mais adiantados estudavam a gramática portuguesa e gramática latina cujas regras eram aprendidas de cor.

Seguindo costume do período, Marcos Francisco fazia uso do método de ensino individual. Embora, algumas explicações acontecessem simultaneamente para todos os alunos como nos momentos das leituras em voz alta de cartas ou de trechos da bíblia e, ainda, quando contava histórias sobre os povos e os costumes de Portugal. Tudo narrado por meio de um linguajar erudito.

Nos relatos de Rêgo (1986) acerca da escola, os materiais didáticos utilizados nas aulas pelo professor Marcos Francisco consistiam em cartas particulares, a bíblia e atas do senado da câmara de Oeiras.

[...] missivas recebidas de fazendeiros ou cópias de atas do Senado da Câmara de Oeiras, que conseguia do secretário do legislativo em suas viagens à capital. Os livros que Marcos Francisco possuía não eram de leitura fácil aos alunos. Tinha uma Bíblia, escrita em latim... As cartas e atas estavam mais ao alcance dos alunos (RÊGO, 1986, p. 23).

A prática de ensinar meninos a ler e escrever em documentos da comunicação administrativa não era um fenômeno casual. A princípio, parece sinalizar a ausência de cartilhas, manuais e compêndios na escola da casa-fazenda, mas também nos informa que aquela escola poderia ter objetivos eminentemente utilitários a cumprir que seria a formação de meninos para futuros cargos públicos. Como de fato, foi.

A escola do bacharel Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco na cidade de Oeiras

Parece ter sido necessário esperar a virada do século XIX para assistirmos a criação de outra escola particular no Piauí. Trata-se do colégio que o bacharel em Direito, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco, tentou criar na cidade de Oeiras no ano de 1807. Nascido no ano de 1778, na Fazenda São Pedro, termo da vila de Campo Maior, no Piauí, Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco era filho do fazendeiro Félix de Sousa Nogueira e sua esposa Clara

da Cunha e Silva Castelo Branco III. Seguindo os costumes da época aprendeu a ler, a escrever e a contar em casa paterna, prosseguindo com os estudos de humanidade na Bahia e o curso de direito na Universidade de Coimbra.

De acordo com documentos compilados por Costa em 1909 (1974), Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco seria o primeiro piauiense a se formar em direito. Teria feito seu curso superior entre os anos de 1799 a 1806, período em que os estudos escolares se afirmavam, cada vez mais, como um dos fatores de diferenciação e ascensão social do indivíduo, embora a posse da terra, a riqueza material e a descendência fidalga continuassem a desempenhar uma função importante na obtenção de honras, empregos públicos e privilégios.

Concluídos os estudos superiores em Portugal e de volta à terra natal, o dr. Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco constata que, em princípios do século XIX, a maioria absoluta da população piauiense não sabia ler e escrever. Acreditava que esta seria uma das causas principais para um suposto atraso econômico e cultural na Província, como deixou claro uma década depois, em seu discurso de adesão às cortes Constituintes:

Dediquei-me aos estudos, vim para Portugal; aqui estive por doze anos; passados eles, eis-me obrigado, descontente talvez, a regressar à minha pátria; nenhuns outros conhecimentos tinham mais do que os de sete anos da universidade, apesar disto vivia entre homens que ignoravam as primeiras letras pois na província do Piauí dois terços dela não sabem ler nem escrever. Forte desgraça! (DISCURSO DE ADESÃO ÀS CORTES CONSTITUINTES, 1822, p. 263).

Talvez por essa razão, tenha decidido criar um colégio particular para o ensino da mocidade. Como mandava as formalidades do período, no dia 25 de setembro de 1807 o então governador do Piauí, Carlos César Bulamarqui (1806-1810), dirige uma circular as câmaras municipais da Capitania, pedindo que comuniquem a todas as pessoas dos seus respectivos termos sobre a criação de uma instituição de ensino secundário na cidade de Oeiras (PI).

De acordo com a circular de 1807, o colégio do dr. Miguel de Sousa Borges Leal Castelo Branco funcionaria a preços módicos como uma escola de caráter internato e externato. As aulas principiariam em janeiro de 1808, constando o curso do ensino de latim, filosofia moral, filosofia racional, retórica e francês. Seria, portanto, uma escola que procuraria manter a tradição universalista e literária da cultura colonial. Segundo Costa (1974), esse educandário, que supomos ter sido a primeira experiência de ensino particular no Piauí, teve existência efêmera, podendo até não ter chegado a funcionar efetivamente por falta de clientela.

A escola do padre Marcos de Araújo Costa na Fazenda Boa Esperança

O padre Marcos de Araújo Costa era filho do capitão e mestre de escola particular Marcos Francisco de Araújo Costa. Seguindo o exemplo do pai destacou-se no cenário histórico piauiense como educador, proprietário e mestre de um colégio particular, organizado sob a forma de internato masculino. Predominava na escola do padre-mestre matérias características do ensino secundário embora ali também fossem ensinadas as primeiras letras.

Parece não haver dúvidas entre os historiadores da educação piauiense de que o Seminário de Olinda, com sua proposta de ensino inovadora, exerceu forte influência na formação intelectual do jovem Marcos de Araújo Costa, que ali teria ingressado por volta de 1800. De acordo com Sousa Neto (2009), por esse colégio-seminário passou um significativo número de alunos que não podiam, ou não queriam, ir a Coimbra fazer seus estudos. Acreditamos ser esta a situação de Marcos de Araújo Costa, muito embora alguns de seus biógrafos *presumam* que ele possa ter concluído seus estudos em Portugal.

O fato é, que de volta à capitania de São José do Piauí, o padre Marcos de Araújo Costa se envolveu nos acontecimentos políticos a favor da independência do Brasil em relação ao governo de Portugal, chegando, posteriormente, a ocupar cargos no conselho do governo, na vice-presidência da Província, assim como na assembleia provincial (COSTA, 1974). Contudo foi como educador, proprietário e mestre de um colégio particular, organizado sob a forma de internato masculino que ele se destacaria na história do Piauí oitocentista.

O contexto era extremamente favorável à criação e à expansão desse nível de ensino escolar que se encontrava no centro dos debates educacionais promovidos pelas autoridades imperiais nos princípios do século XIX. Por essa razão, embora alguns historiadores piauienses afirmem que o colégio-internato do padre Marcos de Araújo Costa fosse, inicialmente, uma escola de ensino elementar, aventamos a hipótese de que a intenção primeira do Reverendo tenha sido criar um colégio de nível secundário.

Precisamos observar que na província do Piauí, constantes e reiteradas eram as solicitações por escolas secundárias, e o padre Marcos de Araújo Costa bem sabia dessa necessidade. Em 1835, por exemplo, quando fazia parte da comissão de instrução pública da Assembleia Legislativa Provincial juntamente com outros dois padres-deputados, Francisco Serafim de Assis e José Monteiro de Sá Palácio, sempre chegavam às suas mãos ofícios feitos por algumas câmaras municipais do Piauí requisitando ora a criação de cadeiras de gramática latina, ora a criação de cadeiras da língua francesa.

O parecer da comissão de instrução pública da Assembleia Legislativa acerca desses pedidos demonstra que os membros da referida comissão estavam cientes da importância

política e social atribuída ao ensino secundário naquele período e viam, na falta dessas aulas, um grande obstáculo ao desenvolvimento político, cultural e econômico da Província.

[a falta de comodidade] que encontram nestas os pais de mandar ao longe seus Filhos a frequentarem as Aulas, pela falta de meios com que lá os possam manter, resultando daí, que não só se continuasse a maior ignorância abafados grandes talentos que aliás, sendo cultivadas poderão ser úteis, e vantajosos a sociedade (PARECER DA COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 18 ..., 1835, f. 1).

Ademais, sabemos que entre as famílias mais abastadas do Piauí, principal clientela do colégio-internato, as aulas de primeiras letras continuavam acontecendo preferencialmente no âmbito doméstico sob os cuidados dos pais, tios, irmãos mais velhos ou dos mestres-escolas ambulantes que circulavam por aqueles sertões oferecendo seus serviços, como testemunhou o botânico inglês George Gardner em sua passagem pelo Piauí no ano de 1839:

Nosso grupo era bem grande. Além de nós havia o capitão, seu filho e esposa, uma moça mulata pajeando-lhes a criança que levavam a batizar, três sobrinhos do capitão e um mestre-escola preto, todos vestidos de couro da cabeça aos pés; e além dos negros a pé que puxavam os cavalos de carga havia três montados que serviam de ajudantes.

A senhora e a pajem montavam ambas em selas de homens, conforme o costume generalizado no interior do país. *O mestre-escola preto era decididamente muito superior a qualquer de sua raça que eu já havia encontrado.* Era um crioulo, de fronte vasta e bela, muito bem educado. Era forro e a cor não o impedia de se mover na melhor sociedade da parte do país a que pertencia; com efeito, são os brasileiros, mais talvez que qualquer outro povo, livres de tais preconceitos (GARDNER, 1839, 1975, p. 135, grifo nosso).

Sobre o período de oito dias em que ficou hospedado na Fazenda Boa Esperança, no ano de 1839, Gardner (1975) confirma que no colégio-internato da fazenda os 20 (vinte) meninos ali matriculados, geralmente filhos das boas famílias do Piauí, tinham direito ao alimento, o remédio e acesso garantido às aulas de latim, filosofia e matemática.

Como os meios de educação só estão ao alcance de muito pouca gente neste vasto país de escassa população, tem o padre mantido por muitos anos o hábito de sustentar e educar em sua casa, livres de qualquer despesa, *vinte meninos*, até que adquiram sofrível conhecimento de *latim, e elementos de Filosofia e Matemática* (GARDNER, 1839, 1975, p. 117, grifo nosso).

Segundo os dados registrados nos relatórios do Presidente da Província (1845, 1846), o número de alunos internados no colégio da fazenda variava entre 20 (vinte) e 40 (quarenta) meninos que frequentavam as aulas de primeiras letras, latim, filosofia, grego, retórica, francês, teologia dogmática, ciências naturais e matemática.

Uma rigorosa reconstituição da trajetória escolar de ex-alunos da escola internato do padre Marcos de Araújo nos permite afirmar que ali funcionava um colégio, principalmente. O menino Deolindo Mendes da Silva Moura, por exemplo, quando fora matriculado por seu pai no colégio-internato do padre tinha 10 (dez) anos de idade. Por ocasião da matrícula já havia concluído seus estudos primários e iniciado seus estudos de latim e francês.

Deolindo Moura nasceu em Oeiras no dia 5 de fevereiro de 1835. Em 1845 seguiu, concluídos os estudos primários e depois de iniciado em latim e francês, para o colégio do venerando padre Marcos de Araújo Costa, na Boa Esperança onde permaneceu até a extinção do afamado colégio pela morte do seu proprietário acontecida a 22 de novembro de 1850 (FREITAS, 1903, 1998, p. 70).

Em situação semelhante teria sido matriculado no mesmo colégio-internato o menino Benedito de Souza Brito. Conforme as lembranças do seu neto, Bugyja Britto (1977), Benedito teria iniciado as aprendizagens das primeiras letras em casa paterna aos 8 (oito) anos de idade com a mãe. Posteriormente, um mestre-escola assumiu sua formação escolar fazendo uso dos castigos físicos com a palmatória a fim de que aprendesse corretamente os saberes elementares e a escrever com a mão direita. Benedito era *canhoto* e segundo costumes do período a prática de atividades com lado esquerdo do corpo era carregada de superstições negativas, razão pela qual o menino era obrigado a usar na mão esquerda um objeto de flandres, em forma de cone para impedir seu uso.

Entre os anos de 1845 e 1846, quando contava com 12 ou 13 anos de idade, o menino Benedito frequentou o Liceu Piauiense na cidade de Oeiras. Somente no ano de 1847, já sabendo ler, escrever, contar, rudimentos de latim, francês e geografia, é que teria sido internado no colégio do padre Marcos de Araújo Costa para estudar filosofia, grego e ciências naturais. No nosso entendimento, o colégio-internato, também funcionava como um preparatório para o ensino superior.

Antes da ida para São Luiz, em 1852, estudou matérias de grau médio aos 12 anos. Em Oeiras tivera estes professores em 1845/46: de Latim, Antônio João Batista Ferreira, de Francês, o Dr. Candido José Casado Lima, e de Geografia, o Dr. Simplício de Sousa Mendes. Em 1847 tivera ocasião de frequentar aulas do Curso Padre de Araújo Costa na fazenda Boa Esperança. Aí, isto é, na fazenda desse benemérito e sábio sacerdote, estudara Filosofia, Grego e Ciências Naturais (BRITTO, 1977, p.25).

Não pretendemos aqui afirmar, que algumas crianças não possam ter aprendido as primeiras letras no colégio-internato do padre Marcos de Araújo Costa. Mas apenas levantar a hipótese de que seu interesse maior fora criar uma escola de ensino secundário que habilitasse os filhos das famílias mais abastadas da Província a concorrerem por uma vaga nas academias

que existiam no Império. Afinal, precisava-se formar uma elite de letrados para assumir instâncias diversas do governo do Piauí.

É o que nos dá conta o relatório escrito em 1845 pelo presidente da Província ao registrar que nesse ano o colégio-internato funcionava com aulas de latim, francês, retórica, filosofia e teologia. No mesmo relatório está registrado que no colégio-internato de nível secundário também funcionava uma aula de primeiras letras. O mapa dos alunos que particularmente estão com o padre Marcos, feito pela secretaria de governo da Província no ano de 1846, confirma que dos 24 (vinte e quatro) alunos matriculados naquela instituição de ensino, 5 (cinco) frequentavam as aulas de primeiras letras, 14 (quatorze) as aulas de latim, 2 (dois) as aulas de retórica, 2 (dois) as aulas de filosofia e francês e 1(um) a aula de teologia dogmática.

A forma pela qual as aulas se desenvolviam no referido colégio, nos é revelada através do testemunho de ex-alunos da referida instituição. Estes vestígios escritos são, na maioria das vezes, apenas relatos parciais que não dão conta da dinâmica cotidiana das aulas, mas que nos permitem conhecer a rotina no colégio-internato da fazenda Boa Esperança.

[...] à noite, após o jantar, a conversa girava em torno de contos morais, com objetivo de alegrar e de dá uma lição, a narrativa se desenvolve geralmente numa longa intriga, rica de lances e de surpresas, de perigos e coragem e ousadia e terminam, inevitavelmente, com um ensinamento, já aguardado. Vêm as lendas religiosas, as vidas de santos, e estórias singelas que mostram a força da fé, o valor da oração, do arrependimento e da intenção pura, capazes de salvar os miseráveis pecadores nas situações mais angustiantes – e o culto à Virgem Maria se desenvolve amplamente. São exemplos, com profundo sentido do sobrenatural, do maravilhoso, mostrando que todos os que, nas horas difíceis, possuídos de verdadeira fé e de grande confiança, se valiam da Virgem Maria, não eram por ELA desamparados (RELATO DO CÔNEGO JOÃO DE SOUSA MARTINS, 1998, p 31 e 32).

Observamos, por fim, que no ano em que o reverendo padre Marcos de Araújo Costa faleceu, 1850, sua escola contava com 40 (quarenta) alunos matriculados nas disciplinas colegiais. De acordo com o mapa das escolas particulares, primárias ou preparatórias, feito nesse mesmo ano pela secretaria da Província não há registro do funcionamento da aula de primeiras letras no colégio-internato da fazenda Boa Esperança. Nos anos posteriores à morte do Reverendo, nada mais foi dito com referência ao colégio-internato da fazenda Boa Esperança. Presumimos, então, que tenha deixado de existir.

A escola de ensino primário do padre João José de Carvalho na povoação de Batalha

A escola de ensino primário particular do padre João José de Carvalho foi criada na povoação de Batalha, município de Piracuruca (PI), em 1843. Tinha como propósito

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

pedagógico educar e instruir meninos e meninas por um plano de estudo que incluía a doutrina cristã, a leitura, a escrita e a aritmética pelo método de *Lancaster*, além de música e canto gregoriano, escrituração mercantil e partidas dobradas. Era uma escola que funcionava na forma de internato e externato.

No mesmo ano de 1843, entre os meses de agosto e novembro, lhes foram entregues os primeiros 10 (dez) alunos:

[...] no dia 8 de Agosto daquele ano [1843] os senhores Tenente Custódio Lopes Duarte me entregou seus dois filhos, e três Tutelados: José Ribeiro a 12 mandou dois filhos; a 16 Antônio Simões da cruz, dois afilhados: a 5 de Novembro entrou para a minha companhia o Órfão Cesário de minha Tutela, existindo já comigo desde Maranhão um meu afilhado. (OFÍCIO EM QUE O PADRE JOÃO JOSÉ DE CARVALHO..., 1844, f.1).

Por cada menino matriculado em regime de internato, com direito a receber formação escolar, almoço, janta, ceia, roupa lavada e gomada, o padre João José de Carvalho cobrava o valor de 10:000 réis mensais. Dos meninos matriculados na forma de externato era exigido um carneiro gordo ou a quantia mensal de 2:000 réis.

Além dos meninos, a escola–internato-externato contava no ano de 1844 com 5 (cinco) meninas matriculadas. Essas alunas aprendiam alguns rudimentos da leitura, escrita e aritmética e, principalmente, a costurar, a fazer renda, e outros conhecimentos que serviam para ornar o belo sexo naquele período. Era mestra das meninas a irmã mais velha do padre João José de Carvalho, que com ele havia se mudado do Maranhão para o Piauí.

Cumprindo o que requeria as exigências de uma política educacional do período, o padre João José de Carvalho, apresentou ao diretor da instrução pública da sua comarca um plano de estudo adequado às orientações da pedagogia moderna que previa, dentre outras coisas, um rigoroso planejamento dos conteúdos a ser ensinados cuidadosamente distribuído pelos dias da semana com cada disciplina situada em seus devidos horários, como disposto no Quadro abaixo:

<i>Carga horária e programa de estudos da escola de primeiras letras do padre João José de Carvalho (1844)</i>			
Dias da Semana	Horário e conteúdos		
	6:00 às 8:00	8:00 às 10:00	14:00 às 16:00

segunda	Oração mental Assistência da missa	Leitura Escrita contas	aposta sobre as escritas círculo para a decúria geral
terça	Oração mental Assistência da missa	Leitura Escrita contas	aposta sobre as escritas círculo para a decúria geral
quarta	Oração mental Assistência da missa	Leitura Escrita contas	
quinta	Oração mental Assistência da missa	Música instrumental Canto gregoriano	Música instrumental Canto gregoriano
sexta	Oração mental Assistência da missa	Leitura Escrita contas	aposta sobre as escritas círculo para a decúria geral
sábado	Oração mental Assistência da missa	Leitura Escrita contas	
domingo	Oração mental Assistência da missa		explicação da doutrina cristã

Fonte: Comunicado do padre João José de Carvalho (1844)

Através do comunicado que fazia à câmara municipal de Piracuruca nesse ano de 1844, o padre José João de Carvalho solicitava “reforços públicos” para o crescimento da sua escola. Desejava, portanto, “[...] construir uma casa própria [para sua escola], e mandar buscar em Maranhão os utensílios indispensáveis, como Lousas [...] (COMUNICADO DO PADRE JOÃO JOSÉ DE CARVALHO, 1844, f. 3). Também solicitou dos vereadores de Piracuruca, que exortassem os pais de família das redondezas a enviarem, cada vez mais, seus filhos e filhas à sua escola particular.

A comunicação feita pelo padre José João de Carvalho, à câmara municipal da vila de Piracuruca coloca em destaque a imbricação que havia naquele período entre o ensino de iniciativa particular e os poderes públicos. Não obstante, parece que o Estado já se reconhecia com a função de educador, não só incentivava a iniciativa privada para incumbir-se do ensino de primeiras letras e do ensino secundário, como também subvencionava escolas particulares, alugava prédios privados para servirem como escolas de primeiras letras e concedia consignações a professores particulares.

A escola do reverendo Joaquim Damasceno Rodrigues na povoação do Paulista

Destacamos, ainda, nessa ambiência cultural de incentivo do governo à expansão do ensino particular na província do Piauí, o trabalho educacional e educativo do reverendo Joaquim Damasceno Rodrigues junto às crianças e aos jovens da povoação do Paulista (PI). O que nos leva de volta ao velho tronco familiar do casal Valério Coelho Rodrigues e Domiciana Vieira de Carvalho, sogros do capitão Marcos Vieira de Araújo que manteve uma escola-internato na fazenda Boa Esperança na segunda metade do século XVIII, avós maternos do padre Marcos de Araújo Costa então proprietário do colégio-internato criado na mesma fazenda que foi do seu pai, na primeira metade do século XIX.

O padre Joaquim Damasceno Rodrigues era primo, em segundo grau, do reverendo Marcos de Araújo Costa. A povoação onde mantinha sua escola na década de 1850, avizinhava-se à fazenda Boa Esperança. Ambas as localidades (povoação e fazenda), haviam pertencido ao casal Valério Coelho Rodrigues e Domiciana Vieira de Carvalho, seus antepassados comuns.

Pouco sabemos acerca do funcionamento da escola do padre Joaquim Damasceno Rodrigues. As únicas informações que até então conseguimos compilar emergem nos relatórios dos gerenciamentos provinciais datados a partir do ano de 1851, ocasião em que o presidente José Antônio Saraiva ponderava que com a morte do padre Marcos de Araújo Costa, o ensino particular no Piauí era “nenhum”.

Contrapunha-se a essa afirmação o médico Simplício de Sousa Mendes, então diretor do Liceu Piauiense, ao ressaltar que no ano de 1851, somente na cidade de Oeiras, funcionavam 2 (duas) escolas particulares de primeiras letras, havendo muitas outras espalhadas por diversas localidades da Província. Escolas, que a exemplo daquelas criadas pelo padre João José de Carvalho e pelo padre Joaquim Damasceno Rodrigues não haviam sido relacionadas nos mapas de ensino, até então.

Na escola que funcionava sob os cuidados do padre Joaquim Damasceno Rodrigues no povoado do Paulista, meninos aprendiam os rudimentos das primeiras letras e alguns princípios de instrução secundária. Conforme parecer de Simplício de Sousa Mendes faltava-lhes, apenas, alguns materiais e utensílios pedagógicos que melhorassem a qualidade das aulas como catecismos, livros de história, obras de moralistas, tabuadas, traslados e cartas de nomes.

[...] vendo já ali à sua casta, muitos meninos, aos quais gostosa e voluntariamente ensina-lhes os necessários rudimentos de primeiras letras, e os variados princípios de instrução secundária.

Elas vão satisfazendo, mais ou menos bem suas obrigações, sendo que seria de absoluta necessidade provê-las de bons traslados, tabuadas, cartas de nomes, catecismos, livrinhos morais, e históricos de reconhecida utilidade (RELATÓRIO DO DIRETOR DO LICÊU, 1851, f. 2 e 3).

Foi aluno da escola do padre Joaquim Damasceno Rodrigues o conselheiro Antônio Coelho Rodrigues - deputado geral (1869-1872 e 1878-1886), senador do Brasil (1893-1896) e prefeito do então Distrito Federal (1900) - quando essa ainda existia na povoação do Paulista (CARVALHO, 1987). Nos anos de 1855 e 1856 a escola do padre Joaquim Damasceno Rodrigues passou a funcionar na vila de Jaicós atendendo 31(trinta e um) meninos que ali assistiam aulas de filosofia, francês e latim. O mapa do ensino secundário que existia na Província no ano de 1858/1859, não faz referência a nenhuma escola secundária ou primária de propriedade do referido padre nem o cita no rol dos professores públicos, nos permitindo asseverar a ausência dos dados concretos nos relatórios oficiais do governo.

Recordemos, pois, as afirmativas de Nunes (1975) acerca da possível existência de escolas particulares de primeiras letras em todos os municípios da província do Piauí na primeira metade do século XIX, mas não eram oficialmente registradas por serem consideradas de pequeno porte.

Escolas externatos - escolas de pequeno porte

Para além das escolas internatos, existiram várias outras escolas particulares de menor porte na província do Piauí. Segundo pesquisas realizadas por Nunes (1975) acerca da educação escolar de meninos e meninas na província do Piauí, no ano de 1844 existiam cerca de 28 (vinte e oito) escolas particulares de ler, escrever e contar. A maioria delas estava situada na zona rural e subsistiam com o amparo de fazendeiros abastados, a saber: 9 (nove) no município de Valença, 7 (sete) no município de Barras, 3 (três) no município de Piracuruca, 2 (duas) no município de Príncipe Imperial e 7 (sete) no município de Parnaguá.

Onze anos depois, em 1855, o mapa do ensino particular da província do Piauí registra o número de 16 (dezesseis) estabelecimentos de ensino. A maioria dessas escolas estava voltada para a educação do sexo masculino (15) e apenas 1 (uma) destinava-se ao sexo feminino, 7 (sete) delas estavam situadas na capital, em Teresina, 5 (cinco) na cidade de Oeiras, 1 (uma) na cidade de Parnaíba, 2 (duas) na vila de Príncipe Imperial e 1(uma) na vila de União.

Observamos no mapa que algumas dessas escolas eram “mistas”, embora não possamos afirmar, mais uma vez, se meninos e meninas eram educados e instruídos por programas de estudos semelhantes, no mesmo espaço e horário. É fato que, na escola do professor José Pereira Nunes, situada na cidade de Teresina frequentavam 13 (treze) meninos e 4 (quatro) meninas; na escola do professor Joaquim de Lima Castro, também localizada na sede da Província estava registrada a matrícula de 37 (trinta e sete) meninos e 6 (seis) meninas;

em situação semelhante, com 11(onze) meninos e 6 (seis) meninas se encontrava o professor de uma escola particular de Teresina, José Ricardo de Souza Neves.

A mesma situação se repetia na escola de Dona Victória Carolina da Silva Pestana, localizada em Teresina, que recebia nas suas aulas de primeiras letras, 5 (cinco) meninas e 1 (um) menino. Fora da capital da Província, apenas uma escola recebia alunos de ambos os sexos. Tratava-se da aula particular primária do professor Luiz Xavier d'Araújo, na cidade de Oeiras, que tinham sob seus cuidados 14 (quatorze) meninos e 6 (seis) meninas.

O número de escolas particulares, registrado no mapa do ensino primário e secundário (público e particular) da província do Piauí do ano de 1858, era de 12 (doze) instituições de primeiras letras. Sendo 11(onze) escolas para o sexo masculino, permanecendo o número de 1(uma) escola para o sexo feminino, embora na aula do professor Firmo Antônio Marques na cidade de Teresina estivesse registrada a presença de 6 (seis) meninas e na aula da professora D. Ana Cherubina de Jesus foi registrada a presença de 3 (três) meninos e 2 (duas) meninas. No geral existiam 184 (cento e oitenta e quatro) meninos e 8 (oito) meninas, matriculados em alguma escola particular da Província.

No ano seguinte o número de escolas particulares sobe para 16 (dezesesseis) instituições, sendo 14 (quatorze) para o sexo masculino com 306 (trezentos e seis) alunos, e 2 (duas) para o sexo feminino com 15 (quinze) alunas. Tínhamos, portanto, um total de 321 (trezentos e vinte e um) alunos frequentando, oficialmente, a escola primária da província do Piauí no ano de 1859. Pelos mapas do ensino particular por nós analisados (1855, 1856 e 1858) apreendemos uma certa inconstância no registro dessas escolas.

Nos relatórios das escolas primárias particulares relacionadas oficialmente pelo governo da província no Piauí entre as décadas de 1840 e 1850, contavam o número de 29 (vinte e nove) instituições de ensino. daquelas escolas, 5 (cinco) eram de propriedade de membros do clero, além do colégio-internato do padre Marcos de Araújo Costa, onde funcionou uma aula de primeiras letras na década de 1840, podemos citar a escola do padre Antônio Joaquim de Brito na cidade de Parnaíba, a do padre Francisco Serafim d'Assis em União (Livramento), a do padre Antônio Silvério de Moura situada na cidade de Teresina e a do padre Sebastião Ribeiro de Lima na vila de São Raimundo Nonato.

Porém, a maioria absoluta dessas escolas particulares (22), pertenciam à homens leigos, nomeadamente: José Joaquim Avelino, José Pereira Nunes, Joaquim de Lima e Castro, José Ricardo de Souza Neves, Firmo Antônio Marques, Patrício Ferreira Lima, Patrício Ferreira Lima, João Damasceno Ferreira, Jeremias José da Silva e Melo, Luiz Xavier d'Araújo, Mariano Rodrigues d'Araújo, Roberto Pereira Leite de Souza, Ricardo de Souza Leal, Francisco Barroso

de Matos, Francisco Galdino Ramos, Antônio Baptista Lopes Cordeiro, Sinfrônio Olímpio de Moraes, Domingos Herculano Achilles P. Cearense, André Leite Pereira, Felix Soares da Fonseca, Gabriel Ferreira dos Santos e Antônio Ribeiro Soares. Apenas 2 (duas) escolas particulares foram organizadas por mulheres: a de D. Victória Carolina da Silva Pestana e a de D. Ana Cherubina de Jesus, ambas situadas na cidade de Teresina.

Juntos, esses professores e professoras particulares, chegaram a educar e instruir cerca de 462 (quatrocentas e sessenta e duas) crianças— 427 (quatrocentos e vinte e sete) meninos e 35 (trinta e cinco) meninas – através de uma escolarização primária, centrada nas lições de leitura, na memorização da tabuada e das contas feitas de cabeça, na recitação do catecismo, e, por vezes, na escritura de textos e números.

E assim, contribuíram, significativamente, para a generalização de uma forma escolar de socialização da criança no Piauí imperial, ampliando seu alcance e expandindo suas ações para um número cada vez maior de meninos e meninas que, de algum modo, tivessem condições de custear seus serviços.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das análises, até então realizadas, ponderamos que a criação de escolas particulares urbanas ou rurais, primárias e/ou secundárias, na forma de internatos ou externatos, começaram a se desenvolver simultaneamente no Piauí desde fins do século XVIII, sendo maior o crescimento nos primeiros anos do século XIX. Também podemos inferir que tal forma escolar, nasceria ditada pela carência de conhecimentos básicos da cultura letrada (leitura, escrita, cálculos aritméticos, regras de bons costumes) intrínsecos aos negócios agrícolas, ao criatório de animais e às vivências sociais e religiosas do dia a dia.

Certamente, que em fins do período colonial, o ofício de fazendeiro, por si só, já não proporcionaria prestígio aristocrático aos proprietários rurais, sendo preciso educar os filhos com propósito de inseri-los nos cargos públicos e desta sorte incorporá-los a elite pelos costumes, consumo e estilo de vida. Mas, também, as atividades desenvolvidas com o comércio exigiam daquela população, conhecimentos rudimentares da escrita, leitura e aritmética.

Com o advento da independência política e administrativa do Brasil em relação à Portugal, vemos emergir no cenário político e educacional piauiense maior necessidade de escolarizar a população. Daí por que o desenvolvimento de escolas particulares aumenta significativamente na Província.

Seria correto pensarmos, que a ausência de registro de algumas escolas de um ano para o outro se dava pela falta do envio dos respectivos mapas semestrais ao secretário de governo,

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

então principal responsável pela montagem dos quadros demonstrativos do ensino na Província. Mas, também, precisamos considerar, que, na sua maioria, as escolas de primeiras letras particulares que funcionavam no Piauí em fins da década de 1850, eram de pequeno porte.

Talvez, por essa razão, ao findar o trabalho educativo com um grupo de alunos algumas poderiam deixar de existir. Outras persistiriam por um tempo mais longo, podendo mudar de local e, até mesmo, transmutar a sua forma, a exemplo da escola do padre Joaquim Damasceno Rodrigues que no mapa das aulas particulares existentes na Província no ano de 1855 não mais existia na povoação de Paulistana como uma escola de primeiras letras e de ensino secundário. Nesse ano funcionava na vila de Jaicós, como uma escola secundária onde 31 (trinta e um) alunos aprendiam rudimentos de latim, francês e filosofia.

Certamente, outras escolas particulares poderiam aqui ser mencionadas. Contudo, não conviria ao propósito de nosso trabalho fazer uma longa relação de todas as instituições de ensino público ou particular que por ventura tenham sido criadas na província do Piauí no interstício temporal em estudo. Ademais, nem todas nos legaram escritos que permitissem uma análise, mesmo que parcial, da sua forma escolar de socialização das crianças.

Podemos refletir que tais formas de prover a instrução de crianças e jovens na província do Piauí eram dotadas de um caráter complementar e provisório, mas não constituíam exceções. Ao contrário, essas modalidades de escolas predominariam ao longo do segundo reinado na Corte imperial (1831-1889), sob o controle do Estado que procurava subvencioná-las de alguma maneira, submetendo ao mesmo regime de organização e funcionamento das escolas públicas como mecanismo de controle.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Sessão das Cortes de Lisboa do dia 30 de agosto de 1822. Voto de adesão às cortes constituintes do deputado Miguel Borges de Sousa Leal Castelo Branco. In: COSTA, Francisco Antonio Pereira da. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. 2. ed. São Cristóvão (RJ): Editora Artenova, 1974.

_____. Lei nº 16 de 12 de agosto de 1834 que faz algumas alterações e adições à constituição política do Império, nos termos da lei de 12 de outubro de 1832. In: **Coleção das leis do Império do Brasil de 1834**. Disponível em. <http://www.camara.gov.br>. Acesso em 24\maio\2011.

BRITTO, Bugyja. **Narrativas autobiográficas**: enfoque normativo, estrutura organizacional e processo de sistematização. Teresinha: EDUFPI, 1977.

CARVALHO, Abimael Clementino Ferreira de. **Família Coelho Rodrigues**: passado e presente. Fortaleza (CE): Imprensa Oficial do Ceará, 1987.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Editora Bertand Brasil, S.A., 1990.

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artnova, 1974.

FREITAS, Clodoaldo. **Vultos piauienses**: apontamentos biográficos. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Tradução Milton Amado. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

NUNES. Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**. Rio de Janeiro: Artnova, 1975.

PIAUI. **Livro de casamento nº 01** de 22 de janeiro de 1766 a 23 de outubro de 1788. Oeiras (PI): Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Vitória.

_____. Relato do cônego João de Sousa Martins. In: CASTELO BRANCO, Homero. **O Padre Marcos**: o educador, o ministro de Deus, o político, o cidadão civil. Teresina: Gráfica do Povo, 1998.

_____. APEPI. **Parecer da comissão de instrução pública da Assembleia Legislativa do Piauí acerca da educação na Província**. Oeiras, 3 de junho de 1835.

_____. Comunicado de 15 de abril de 1844 do padre José João de Carvalho [**participando**] à presidência e à câmara municipal de Piracuruca a criação de uma escola internato e externato para meninos e meninas na povoação de Batalha. Piauí: Arquivo Público do Estado, [1844]. (documento avulso, cx 406, segunda legislatura, anos: 1838-1839).

_____. Lei n 198 – publicada aos 6 de outubro de 1845, dando providências sobre a Instrução Pública. In: **Livro de Registo de Leis e Resoluções da Assembleia da Província** (1843-1848). Oeiras, (PI): Typografia Provincial, 1848.

_____. Resolução nº 287, publicada em 11 de setembro de 1850 que estabelece várias disposições sobre a instrução pública no Piauí. In: **Código das leis piauienses de 1850**. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1850.

_____. Relatório do diretor do Liceu, da cidade de Oeiras, Simplício de Souza Mendes, dirigida ao presidente da província em 12 de junho de 1851. In: **Fala com que o presidente do Piauí [Antônio José Saraiva] Dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial no ato de abertura da sessão ordinária em 3 de julho de 1851**. Oeiras (PI): Tipografia Saquarema, 1851.

_____. **Relatórios dos Presidentes da província do Piauí**. Oeiras (PI): Typographia Provincial. 1845-1859.

REGO, José Expedito. **Vaqueiro e visconde**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.

SOUSA NETO, Marcelo. **Entre vaqueiros e fidalgos**: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850). 2009. 357 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pernambuco, 2009.

VIEIRA, Maria Alveni Barros. **Escolarização de crianças no Piauí**: 1730-1859. Teresina (PI): EDUFPI, 2013.

VINCENT, Guy; LAHIRE, Bernard; THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 33, p. 7-47, jun. 2001.